

# *Raros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico*



Montagem sobre capa de livro. 1998.

## *Durval Muniz de Albuquerque Júnior*

Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e dos Programas de Pós-graduação em História da UFRN e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisador do CNPq. Autor, entre outros livros, de *Nordestino: invenção do “falo”*: uma história do gênero masculino (1920-1940). 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013. durvalal@hotmail.com

## Raros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico\*

Rare and ratty, rests, traces and faces: archives and documents as conditions of possibility for historiographic discourse

*Durval Muniz de Albuquerque Júnior*

### RESUMO

O texto aborda, a partir de um caso concreto, a correspondência escrita pelo poeta português António Nobre para o também poeta e escritor português Alberto de Oliveira, o estatuto do documento e do arquivo no mundo contemporâneo e as complexas relações que eles mantêm com a escrita historiográfica. Atendendo a pedidos de colegas de profissão que insistem em afirmar que os documentos falam, que os documentos dizem, que os documentos afirmam, que os documentos demonstram, que os documentos mostram, que os documentos comprovam, construí o texto dando aos documentos estatuto de sujeitos, colocando-os para efetivamente falar, pensar, discutir, refletir sobre a sua própria condição de documentos e de arquivo, sobre as operações técnicas e políticas que assim os constituem e instituem e sobre as relações tensas, complexas e estratégicas que estabelecem com os humanos, notadamente aqueles nomeados de historiadores. Eis uma fábula que, ao contrário da fábula realista, se assume como tal.

**PALAVRAS-CHAVE:** documento; arquivo; escrita historiográfica.

### ABSTRACT

*Based on a real case, this text addresses the correspondence between António Nobre, a Portuguese poet, and Alberto de Oliveira, another Portuguese poet e author, the status of documents and archives in contemporary world and the complex relations between these and historiographic writing. A number of colleagues insist on claiming that documents talk, say, state, demonstrate, show, and prove. At their request, I structured this text in which I give documents the status of subjects, making them speak, think, discuss, reflect on their own condition as documents and archive, on the technical and political operations that thus constitute and institute them and on the tense, complex, and strategic relationships they establish with human beings, particularly historians. This fable, unlike realistic fables, assumes itself as such.*

**KEYWORDS:** document; archive; historiographical writing.



\* Palestra proferida em 10 de março de 2013 durante atividade promovida pela Linha de Pesquisa História e Cultura do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (PPGHI-UFU).

### Raros: primeiro movimento

Eles são raros. Assim faz supor a maneira e o cuidado com que são guardados. Eles dormem acondicionados em envelopes de papel pardo,

deitados no interior de uma das gavetas de um velho móvel. Gaveta permanentemente trancada a chaves. Eles poucas vezes veem a luz ou vêm à luz. Os mais velhos se aproximam de completar quarenta e sete anos. Os mais novos rodam as quarenta e quatro primaveras. Ou será invernos? Como saber, se da escuridão que os envolve e os protege da curiosidade e olhares alheios poucas vezes tiveram a oportunidade de sair? Aquele que os possui, que se considera dono de suas existências, algumas vezes recorda-se deles, talvez porque através deles recorde outra pessoa, aquela que um dia os produziu e os enviou numa aventureira viagem entre Paris e Lisboa. Nestes dias finalmente podem sair da prisão daquele quadrado de madeira, podem bater a poeira que os envolve, podem respirar ar fresco. Sentem o calor de mãos que os toma com carinho, que finalmente permitem que seus corpos mudem de posição, que se desdobrem, que se aprumem, que retesados possam cumprir a missão a que foram destinados: relatarem eventos de um dia a dia, contarem o cotidiano atribulado, angustiado, triste, solitário de um jovem, que tinha entre vinte e um e vinte e três anos, de um poeta português que sentia-se exilado na capital francesa; fazer chegar ao outro, que deixara com apenas dezessete anos, na capital portuguesa, o que por ele sentia, aquela amizade, que se dizia maior do que amor, quase adoração. Por vezes sentiam que algo os umedecia, talvez o suor daquelas mãos que sentiam estremecer no contato mais prolongado com seus corpos de papel e tinta, ou talvez, por uma lágrima que, furtiva, viera despencar daqueles olhos escuros e tristes que os costumavam mirar. Únicos olhos que até aquele momento os tinha enxergado, desde que, ao nascerem, contemplaram outros olhos tristes e orvalhados que, ao mesmo tempo que os observava com a atenção devotada a filhos queridos, já o fazia num tom de despedida, pois haviam nascido para dele logo se asilarem, pois nasceram destinados a irem de encontro àquele outro par de olhos, que agora novamente os mirava. Nasceram destinados ao trânsito, nasceram destinados a serem como pontes que ligassem duas almas e estabelecessem entre elas a comunicação.<sup>1</sup>

Quem os fez nascer, quem os aprisionou pela primeira vez em algo chamado envelope, quem os fez viajar através do que souberam chamar-se mala postal, jogados em um porão de navio, aos saltos e solavancos do mar, os costumava chamar por três nomes, parece que levando em conta o tamanho e a aparência que possuíam: havia aqueles chamados de cartas, talvez por seu jeito, digamos, mais feminino, pois eram derramadas, alongadas, cheias de curvas e reentrâncias, chorosas, extensas, que muitas vezes tinham nascido em vários dias de parto dolorido, febril, angustiado. Havia aqueles que chamava de postais, muito mais enxutos de corpo, corpo mais adensado, corpo já semipreenchido por caracteres e imagens que não haviam sido ali colocadas pelo demiurgo que os criara; parecendo destinados a levar um recado mais breve, mais rápido. Talvez a diferença nos nomes adviesse do próprio fato de que as chamadas cartas nasciam quase sempre em casa, eram mais domésticas, talvez por isso também levassem nome feminino. Já os ditos postais, mais masculinos, eram encontrados e quase sempre preenchidos na rua, muitas vezes às pressas, em muitas ocasiões nas mesas de café ou mesmo no balcão da própria agência de correios. Havia, no entanto, entre eles, um tal “Diário” que era tratado com tanta deferência e mimos que era de causar ciúme em todos. Este dito “Diário” era composto de pequenos pedaços de papel, pequenas anotações

<sup>1</sup> A narrativa que se faz neste parágrafo e nos seguintes baseia-se nas informações contidas no livro CASTILHO, Guilherme de (org.). *Antônio Nobre: correspondência*. Lisboa: INCM, 1982.

que o demiurgo chamava de bilhetes. A este dito “Diário” o poeta parecia reservar suas confissões mais íntimas, seus sentimentos e desejos mais secretos, parecia, em certos momentos, segredar-lhes ao ouvido, em sussurros quase inaudíveis para ele mesmo, em longos e profundos suspiros, as dores misteriosas que lhe atravessavam a alma.

Mas não podiam queixar-se da vida, pois com o mesmo carinho com que eram tratados ao nascer, com o mesmo afeto com que foram gerados, eram recebidos em terras portuguesas. Depois de serem jogados de um lado para o outro, se misturarem a toda uma rale chamada de correspondência, depois de sacolejarem dentro de um sacola transportada por um homem chamado carteiro, terminavam por ser recebidas por aquelas mãos ansiosas e receptivas, que as libertavam da prisão do tal envelope e, então, olhos pressurosos percorriam com expectativa e curiosidade seus corpos de papel e letra, levando-os quase ao arrepio. Depois cada um era logo esquecido, jogado naquela gaveta, pois outros logo vinham lhes fazer companhia, já que aquele que assinava sob o nome de remetente não parava de enviar filhos recém paridos. Mas, de repente, essas chegadas foram escasseando, a gaveta em que estavam encerradas era aberta em intervalos de tempo cada vez maiores, quando já se acotovelavam ali dezenas das chamadas cartas, umas duas centenas dos ditos postais e o tal “Diário” com todos os seus bilhetinhos. Raras foram ficando as oportunidades que tinham de se desnudarem diante de olhos gulosos por se alimentar do que traziam tatuado na pele. Um dia, assustados, ouviram alguém se aproximar da prisão onde estavam encerrados e pronunciar dois nomes que, perceberam, a eles se referiam, mas como nunca os tinham ouvido e não sabiam o que significavam, temeram e tremeram diante deles. Ouvira alguém dizer que eles eram documentos, que quando iam por aí separados já não mais chamavam-se cartas, postais ou diário, agora teriam sido rebatizados com este nome descomunal, eles, acostumados com seus nomes de no máximo três sílabas, isso porque um deles teve o enxerimento de possuir um hiato, eram agora rebatizados com este vocábulo, vejam que pedante!, gigante de quatro sílabas. E ficaram também sabendo que eles todos juntos compunham uma coisa chamada arquivo. Não sabiam bem porque, mas neste momento descobriram que estavam ficando velhos, desconfiaram que estavam ali naquela condição há muito tempo. E não cessavam de se perguntar: o que significa ser um documento? Isso nos torna mais importantes? Será que isso alterará as condições pouco confortáveis em que vivemos? Se juntos constituímos um arquivo, isso pode significar, tomara Deus, que nunca nos separaremos? Mas o que os humanos costumam fazer com os arquivos? E meditavam: afinal com esta convivência prolongada em que nos colocaram terminamos por nos afeiçoar. Até o tal “Diário”, hoje, nos parece simpático. Mas o que significa ser um arquivo?

Foi aí que ainda ouviram alguém chamá-los de raridade e ligando uma coisa a outra pensaram com seus borrões: se somos documentos, se compomos um arquivo, se somos uma raridade, documento deve ser uma coisa rara, arquivos devem ser uma raridade. Mas por que seriam raros? Espichando mais as orelhas ouviram uma voz que nunca haviam ouvido anteriormente dizer que estava ali por causa deles. Que eles lhe interessavam justamente porque documentavam a vida, os sentimentos, as emoções, os acontecimentos da vida de um homem do passado, de um poeta, que escrevera um único livro e dera a ele o nome de *Só*<sup>2</sup>, tautológico

não!, poeta que já havia morrido há mais de quarenta anos. Esta voz os fez ficar sabendo do nome do demiurgo, daquele que lhes dera a vida e que, surpresos, descobrem trazerem inscritos em seu próprio corpo, nome que parecia assentar bem para aquelas mãos finas e delicadas, aquele rosto pálido e magro, contornado pelo cabelo escuro e de cachos revoltos, rosto que chamava atenção por sua tristeza e desolação: António Nobre. Eles seriam uma raridade por documentarem a vida de um homem que viveu no passado, por serem aquilo que sobrou desta vida, por virem de um outro tempo, por terem sido aquilo que restou de uma vida que foi um verdadeiro naufrágio. Eles começaram então até a se sentirem importantes e, ouvindo a voz que já lhes era familiar falar com muita comoção daquele que já morrera e que os havia dado nascimento, começaram a entender profundamente o significado de serem raros. Não eram raros apenas por serem o pouco que escapara da destruição entre tudo que pertencera e que remetia à vida e à obra daquele poeta morto que, ficaram sabendo, com esse único livro, tornara-se uma referência na poesia de seu país; não eram raros apenas por escaparem da destruição inexorável trazida pelo tempo; eram raros também por serem o que ficou de uma relação afetiva que desconfiavam, mas agora tinham certeza diante da comoção de quem por tanto tempo os guardava, tinha sido também rara, especial, distinta. O homem que o estranho chama de Alberto de Oliveira, que é também nomeado de poeta, ao guardá-los por tanto tempo naquela gaveta escura, fez com que eles se tornassem raros. Descobrem-se, assim, pedaços de um passado ainda vivendo no presente, sentem então o peso dos anos em seus próprios corpos, tomam consciência de que são raros porque carregam na materialidade do papel e da tinta que os compõem, nas mais de três mil páginas esborrachadas, tal como dissera o demiurgo, a espessura do próprio tempo, se descobrem testemunhos deixados por uma época, descobrem que em meio a destruição generalizada de seus semelhantes, pois sobre isso conversam longamente aqueles dois homens, eles escaparam, eles estavam ali, quase sozinhos, na tarefa de indiciar para o presente o que fora esse passado. Eles eram raros porque descobrem também que não era comum que dois homens mantivessem num curto espaço de tempo, afinal tinham sido criados em apenas três anos, entre 1890 e 1893, quando o demiurgo decidiu interromper sua produção, uma correspondência tão constante e com o conteúdo que pareciam carregar. Pois já tinham ouvido o tal Alberto falar no cuidado com que eles deviam ser tratados, sempre parecendo pelo tom de sua voz que havia medo e pudor em torná-los públicos ou mostrá-los para outras pessoas. Eles eram assim, raros, tanto pela quantidade, quanto pela qualidade, pelo conteúdo que traziam. Eram raros por terem escapado da destruição generalizada, por virem de outro tempo, por estarem ligados à vida e ao nome de um criador e de um receptor também diferentes, especiais, homens de nome na sociedade e no tempo de que faziam parte. Eram raros por fim, por serem documentos, por constituírem um arquivo chamados de privados, íntimos, pessoais, biográficos, que descobrem naquela conversa que escutam, que eram documentos e arquivos que dificilmente vinham a público e que dificilmente eram conservados na sociedade que os dois chamam de portuguesa. Quedam, no fim daquele dia, satisfeitos e enfatuados com a sua própria importância, chegam quase a se sentirem nobres como o seu demiurgo.



<sup>3</sup> Os parágrafos seguintes contêm informações presentes na biografia de António Nobre escrita por Guilherme de Castilho. Ver CASTILHO, Guilherme de. *Vida e obra de António Nobre*. 3. ed. Amadora: Bertrand, 1980.

## **Rotos: segundo movimento**

No dia em que ouviram a conversa entre o tal Alberto de Oliveira e o estranho que ficaram sabendo chamar-se Guilherme de Castilho<sup>3</sup>, que também se apresentou como sendo, que palavrão!, biógrafo de António Nobre, foi uma das poucas vezes que tiveram a oportunidade de saírem da escuridão e da solidão daquela gaveta. Quase não acreditaram, seus corações dispararam, uma excitação tomou conta de todos quando ouviram a chave girar na fechadura, quando escutaram as vozes cada vez mais próximas daqueles dois homens invadir o recinto em que estavam. Embora agrupados, espremidos nos tais envelopes, sentiram seus corpos serem atravessados pela lâmina do olhar curioso que os olhava pela primeira vez, fascinado. Se eles, documentos, se ele arquivo, que são tidos por seres inanimados e não sujeitos a emoção estavam naquele frenesi, imaginem o que não deveria estar se passando com o coração, as emoções, os sentimentos daquele forasteiro que os mirava pela primeira vez. Embora ele tivesse se apresentado como um estudioso, um pesquisador, como aquilo que chamara de biógrafo, embora tenha procurado se apresentar como um homem que teria diante deles uma atitude totalmente racional, de interesse apenas pelas informações que pudesse deles colher, como não perceber a emoção, o sentimento, quase a comoção que se apossava dele no momento que os mirava. Neste dia aprenderam mais esta lição: os documentos não falam ou se dirigem apenas a razão, eles não impactam aqueles que os leem apenas através das informações, dos dados a que dão acesso. A relação dos pesquisadores com os documentos, com o arquivo não é apenas da ordem do racional, os documentos emocionam, mexem com a sensibilidade do pesquisador, os documentos se tornam mais ou menos relevantes, se tornam dignos de eleição, de escolha, de seleção, de recolha, de registro e de citação pela emoção que causam no pesquisador, pelo impacto sensível que exercem sobre quem os lê. A ideia de que a relação com o documento é apenas da ordem do racional é uma mitificação. Estava escrito naquele rosto, naquela manhã, era perceptível no brilho daqueles olhos, no nervosismo de suas mãos, na felicidade estampada em seu cenho, nos arrepios que, notamos, percorriam por instantes toda a sua pele, que nós causávamos naquele pesquisador mais do que uma simples curiosidade fria e racional. Ele era pura emoção quando nos recebeu em suas mãos, quando as mãos de Alberto nos retiraram de nosso esconderijo, quando nos despiram dos envelopes que nos guardavam, quando nos ofereceram para que pudesse nos desdobrar, pudesse nos abrir, pudesse ter acesso ao nosso conteúdo. Sentado, nos espalhou sobre a mesa e foi nos percorrendo um a um com seus olhos sôfregos e enternecidos. Como dizer que, mesmo que nos tenha chamado por estes nomes tão impessoais, tão oficiais: documentos e arquivo, não teve conosco uma relação de intimidade, uma relação mediada não só pelos conceitos e pré-conceitos carregados em sua consciência, em sua racionalidade, mas uma relação mediada pelo afeto, pelo sentimento, pela sensibilidade, pelo que está no plano do inconsciente, da empatia, da emoção. Durante todo aquele dia ele tomou notas de inúmeras informações, nenhum de nós escapou de seu escrutínio. Para variar, o “Diário” teve dele atenção privilegiada, sempre ele, esse exibido! Inúmeras vezes o sentimos estremecer, se emocionar, quase chorar. Outras vezes esboçou um sorriso, porque nosso demiurgo não era daqueles que escrevesse algo que valesse

uma gargalhada. Mas, neste dia, ficou claro para nós, quando um dito pesquisador, se debruça sobre nós, os documentos, quando frequenta um arquivo, ele não o faz destituído de suas outras faculdades, ele não é só razão e inteligência. Como vocês ficarão sabendo no continuar de nossa história, a memória foi uma faculdade muito utilizada pelo pesquisador, nesta manhã, mas ele não compareceu a nosso encontro só munido da razão e da memória, ele veio ao nosso encontro por inteiro, com todas as suas outras faculdades. A emoção, a imaginação, o desejo também ali estiveram presentes e foram convocados e afetados por nossos corpus documentais. Pois, isso ficou muito claro para nós, naquele dia de trabalho, aquele senhor foi profundamente afetado por nossa presença, nós não apenas lhe fizemos ter contato com o afeto que uniu aquele que nos enviara e aquele que nos recebera, mas ter contato com seus próprios sentimentos, nós fizemos efeito nesse homem não apenas em sua mente, em seu cérebro, mas também no seu corpo, no seu espírito. Nós que viemos de outras viagens, permitimos que aquele homem, usando a imaginação, único meio de transporte à mão naquela circunstâncias, viajasse até outros tempos, viajasse a um outro país, a uma outra cidade, permitimos que aquele homem através de sua sensibilidade e de sua capacidade de imaginar, revisse o rosto, o corpo daquele homem, a quem deveria dedicar afeição e interesse, pois se assim não fora não se disporia a escrever o que chamava de sua biografia. Ele pôde, percorrendo as nossas linhas, vendo as figuras que nos ilustravam, sentindo a própria textura de nossos corpus de papel, inalando o cheiro que exalávamos, cheiro talvez de bolor, de poeira, de celulose envelhecida, cheiros através dos quais sua narina ansiosa procurava captar quem sabe traços, restos de perfume daquele corpo, daquelas mãos que em dado momento empunhando uma pena resolveram nos fazer nascer, imaginar a figura daquele sujeito a quem queria, também usando o recurso à tinta e ao papel, novamente figurar.

Mas uma coisa nos chamou atenção naquele dia, era a tarefa mesma, a atividade, a operação a que se dedicava o nosso leitor. Percebemos que ele, talvez pelo pouco tempo de que dispunha ou porque talvez duvidasse da disposição de nosso carcereiro e dono em nos libertar para novas consultas em outras oportunidades, tratava de copiar trechos, pequenos fragmentos do que trazíamos inscrito e escrito em nossa pele. Não sabíamos bem seguindo qual critério, supomos que deveria ter algum, talvez quando dávamos a ele a informação que desejava saber ou quando em dados momentos de nós lhe emocionávamos mais, quando falávamos em coisas ternas, amorosas, em coisas sensíveis, ou quando nosso demiurgo através de nós descrevia seu cotidiano parisino, expressava o que pensava sobre seu tempo, a sociedade francesa ou portuguesa, ou quando comentava suas dificuldades financeiras ou a relação tensa com o pai e o irmão, ou quando se derramava em recordações saudosas de Coimbra, de Leça da Palmeira, da sua morada na chamada torre de Anto, ou quando, quem sabe, falava da impossibilidade de corresponder às expectativas de casamento de sua Purinha ou quando amado, indignado, revoltado acusava seu amigo de não corresponder ao sentimento que por ele sentia, de ser um homem frio, que só pensava na carreira de homem de letras, para quem tudo era literatura, nestes momentos ele copiava em seu caderno de notas pequenos trechos do que em nós ele lia. Temos que confessar que aquilo começou a nos afligir. Se há pouco soubera-nos raros, agora a sensação é de estarmos

<sup>4</sup> Ver Carta de António Nobre a Alberto de Oliveira, fev. 1893. In: MARQUES, Fernando Carmino. *António Nobre, em Paris, só: correspondência*. Porto: Caixotim, 2005. Este autor comenta essa carta na p. 9, nota 1, deste livro.

ficando rotos. Era como se ele nos estivesse rasgando em pequenas tiras. Nosso corpus era dilacerado para que pequenas partes de nós viessem a aparecer renovadas em tinta nova e em papel cheirando a novo. Ele parecia se comprazer naquela operação de despedaçamento. Como um cirurgião com seu bisturi e pinças ia selecionando e seccionando partes de nosso texto, de nosso texto, e transplantando-as para outro corpus de papel. Nos entreolhávamos e nos perguntávamos mas o que vai resultar dessa operação a que estamos sendo submetidos? Para que servirão estes fragmentos soltos que ele resolveu levar daquilo que trazemos em nós registrado? Esta sessão que para nós parecia de tortura, era chamada por ele de momento da pesquisa e por vezes, algo que nos pareceu muito pedante, levantamento documental. É verdade que sentimos ser levantados da gaveta até aquela mesa para o início de sua atividade, mas o que ele fazia agora parecia mais dessecamento documental que levantamento documental. Parecia estar a nos desventrar, destripar, nosso pobre corpus documental ia ficando feito em pedaços. Será por que ele queria nos ver sangrar? Tem gente, um povo chamado historiador, que de vez em quando vem com esta conversa de que é preciso dar sangue a historiografia, outro palavrão! que a história precisa ter personagens de carne e osso. Talvez por estar à procura do nosso demiurgo, como disse que queria dizer a vida desse homem tal como ela se passara de fato, na realidade e de verdade, ele estivesse à procura de seu corpo através de nós, estivesse tentado beber o seu sangue por nosso intermédio, afinal na biblioteca do nosso dono havia o livro que dizia ser de um dos mais famosos homens dessa espécie historiadora, um tal de Michelet, que dizia que essa espécie de gente pesquisadora adora beber o sangue dos mortos. Talvez fosse por isso que ele nos submetia àquela operação quase de linchamento. Pensávamos cá com nossos borrões: se desaparecêssemos hoje, o que restaria de nós seria esses fragmentos, estes frangalhos de nosso corpus. Neste estado nem mesmo o posudo “Diário” guardaria a mínima nobreza. Como ele conseguiria dizer alguma coisa a partir destes segmentos que fez em nosso conteúdo? Só mesmo com muita imaginação para depois reunir estes fragmentos em algum escrito que dê algum sentido de conjunto a estes rebotalhos de nosso corpo.

Esta sensação de que algo se rompia em nós, essa sensação de ficar rotos, de que algo de nós se perdia irremediavelmente, de que se desaparecêssemos de repente o que ficaria de nós era uma pálida figura do que fomos, só nos havia acontecido anteriormente, uma única vez. É verdade que entre nós mesmos, havia uma dita carta, justamente a última que fora criada por nosso demiurgo, a que chegara por último a nossa convivência, que já trazia escrita, documentada, uma espécie de ameaça a nossa existência. Nela, em tom muito sério, quase oficial, bem diferente da forma íntima e carinhosa com que costumava se dirigir a quem chamava de “meu Alberto”, “meu irmão”, “meu amigo”, Purinho, santo, um tal “abaixo assinado António Nobre”, exigia de um tal Sr. Alberto de Oliveira que nos enviasse de volta a Paris. Depois de dizer que tinha que acabar com “isso”, sem que soubéssemos direito o que era isso que acabava, ele demonstrava muita preocupação que viéssemos cair nas mão de alguém, não sei se temesse pela discrição daquele que nos tinha sobre sua posse, o certo é que demonstrava, para não variar, muito receio que, principalmente o tal “Diário” viesse a público, pois, segundo ele, isso significaria a sua “ruína moral” e exigia que nós fôssemos a ele devolvidos.<sup>4</sup> Como dá

para adivinhar o Sr. Alberto não obedeceu ao pedido, talvez porque tivéssemos para ele um valor muito maior do que o choroso e revoltado poeta parisino podia suportar. Não sabemos se o tal Nobre voltou a insistir neste pedido, se Alberto teve que nos defender bravamente do expatriamento, o certo é que nos manteve em seu poder, embora nos condenando a viver nas sombras de uma cômoda fechada a chaves, talvez por também julgar que éramos mesmo tão ameaçadores à sua moral como pareceu ser à moral de nosso demiurgo.

Mas retomando o que vínhamos contando. Essa sensação de estarmos sendo rotos fora sentida uma vez, cerca de três anos antes que o pesquisador biógrafo viesse nos visitar. Nesta época Alberto recebera a visita de um tal Augusto Nobre, que se dizia irmão do tal Nobre que carregamos assinado nas traseiras. Entre os dois travou-se uma conversa que, bisbilhoteiros como somos - afinal porque só os ditos pesquisadores podem se servir de nós para bisbilhotar a vida, o passado dos outros? Nós não podemos também dar nossas bisbilhotadas? -, ficamos a escutar. O rumo da conversa nos deixou muito preocupados, um frio de morte percorreu nossas colunas, os dois se confessavam muito velhos, se diziam cansados e perto de morrer. Ambos se mostravam cuidadosos em relação ao nosso destino. O tal Augusto disse que devia ao irmão morto a homenagem de uma publicação antes que ele mesmo partisse. Tendo ficado responsável por algo com um nome que nos pareceu de doença, o espólio do irmão, nele não encontrara um volume de documentos de nosso feitio suficiente para compor uma publicação, que ficamos sabendo seria só de suas cartas. Nesta hora os postais e principalmente o "Diário" se entreolharam com um ar de indagação sobre o destino que a eles seria dado. Nesta conversa não obtiveram a resposta que só teriam quando o tal Guilherme de Castilho apareceu três anos depois.<sup>5</sup>

Para encurtar a história, as ditas cartas foram neste mesmo dia separadas dos postais e do "Diário" e entregues ao tal Augusto. Esta já nos pareceu uma primeira incisão dolorosa em nosso corpus que, mais tarde, viemos a saber que se chamaria arquivo. Esta operação de amputação de uma parte de nossos membros pareceu modificar nossa condição mesma de arquivo, ele já não era mais o mesmo. Entre lágrimas e abraços de despedida ainda escutamos esperançosos que o tal Augusto ia apenas copiar aquelas que julgasse de interesse para publicação e que depois nossas companheiras cartas voltariam a se juntar a nós. E efetivamente passado quase um ano, eis que elas retornam, mas chegam visivelmente perturbadas e traumatizadas com o que lhes aconteceu. Um contavam que à medida que o tal Augusto as lia ia sendo tomado por algo que só podia descrever como sendo perturbação, desorientação, repulsa. Estas dizem, foram atiradas de volta ao envelope, como se ele quisesse rapidamente as esconder, vê-las desaparecer de suas vistas. Foi aí que elas compreenderam o sentido do que seria "impróprio para publicação" que ele não cessava de dizer. Outras perceberam que o velho leitor e copista, porque também se dedicava a copiá-las para um outro caderno de notas, se distraía, ficava cansado e com preguiça de copiar as longas cartas que o irmão escrevia, deixando de copiar trechos inteiros das pobres cartas. Ele dizia para quem quisesse ouvir que iria delas copiar só os trechos interessantes. Quando elas contemplavam as suas cópias, era como se se vissem num espelho voltado para produzir deformações caricaturais. Faltavam literalmente pedaços

<sup>5</sup> Informações presentes em CASTILHO, Guilherme de (org.). *Antônio Nobre: correspondência*, op. cit., p. 11.

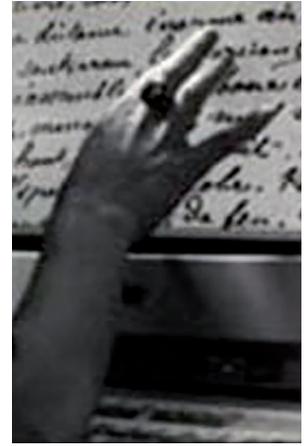
inteiros do que traziam escrito em seus corpos, era como se encolhessem e, o que mais doía, era contemplar os enormes cortes, as enormes lacunas, as enormes incisões que o tal Augusto fazia em seu conteúdo. Talvez por julgar dadas passagens comprometedoras, por considerar dadas palavras, dados desejos, dados pensamentos, dados sentimentos expressos por seu irmão através daquelas letras e daquelas linhas, impúblicáveis, ele simplesmente resolvia omitir, apagar, rasurar, silenciar o que ali se escrevera. E o fazia, como descobrirá mais tarde, escandalizado, o tal Guilherme de Castilho, ao ver as provas tipográficas do livro a ser publicado pelo tal Augusto Nobre, que ele sequer indicava, usando qualquer tipo de convenção, a adulteração que ali havia sido feita. As cartas voltaram, assim, desiludidas com o destino dos tais documentos. Descobriram que assim como são produzidos por mãos humanas, estão sujeitos a ser por elas destruídos e adulterados. Perceberam o quão precário é o estatuto do documento. O ser documento nada garante, pode até significar um risco. Tinham ouvido algumas vezes o Alberto falar que os documentos eram muito importantes pois eram a porta de acesso ao passado. Sem eles era impossível se escrever a História dos povos, recuperar a verdade dos fatos que marcaram a vida de uma dada nação ou civilização. Tinham escutado com atenção ele dizer que os documentos eram como tesouros, aliás o tal Guilherme também assim se referiu a eles naquela manhã, que eles eram joias raras, sem as quais era impossível saber o que acontecera de verdade aos homens. Mas agora, se punham a refletir: como os documentos podem ser garantia de acesso à verdade, à realidade, podem ser testemunho do que se passou, como podem ser evidência, indício através do qual se reconstitui o passado, se eles mesmos necessitam ser reconstituídos, pensados quanto as operações que os produziram, se eles mesmos são artefatos fabricados por operações de rasura, silenciamento, distorção, encobrimento, apagamento? Como saber o que houve realmente, verdadeiramente entre António e Alberto se já na escritura primitiva de nossos corpos ele já usara de disfarces para falar de seus sentimentos, que preferiu chamar de isso? Se depois nos quis de volta talvez para nos destruir? Se tudo o que Alberto nos promete de futuro é sermos publicadas aos pedaços, aos fragmentos, adulteradas, cheias de escórias feitas por um irmão velho e moralista? Agora entendo bem porque somos raros, embora também entendamos melhor ainda porque somos rotos.<sup>6</sup>

### **Restos: terceiro movimento**

Aquelas que entre nós se chamavam cartas, que nos deixaram tão contentes por pela primeira vez irem sair daquela prisão e daquela situação de obscuridade, que souberam entusiasmadas que iam até passear numa coisa chamada automóvel e percorrer as ruas da cidade chamada Lisboa, coisa que só haviam feito uma única vez aos trombolhões dentro de uma sacola malcheirosa, voltaram assim profundamente desiludidas com seu destino de documento. Quer dizer que ser documento implicava sofrer todos aqueles percalços? Já sabiam que para sê-lo alguém precisava assim as nomear, só passariam de cartas a documentos quando alguém, quando algum humano assim o decidisse. Não bastava que o demiurgo, também humano, as tivesse criado, escrito, produzido, não bastava que tivessem sido guardadas pelo querido Alberto, que tivessem constituído

aquilo que ele chamava de “seu arquivo”. Descobriram, dolorosamente, que os documentos estavam sujeitos a passar por outras operações que iam assim os configurando enquanto tal. Ficaram sabendo que os documentos são fatos, da mesma forma que aquilo que indiciam, pois estão sujeitos às peripécias e acontecimentos que ocorrem no tempo. Mas também são artefatos, são produtos de fabricação, de intervenções diversas que se dão ao longo do tempo. Ficaram pensando naqueles que leriam, no futuro, aqueles arremedos de si mesmas, aquelas cópias, porque não dizer aqueles restos delas mesmas. Que imagem poderiam fazer do que se passara entre aqueles dois homens e elas relataram? Escandalizadas contavam que o irmão do poeta não só desprezara a maioria delas, alegando ser impúblicas e sem interesse - imaginem que de dezenas delas, teria copiado apenas dezoito cartas -, muitas vezes perceberam que ele não conseguia entender o que o irmão quisera dizer. Como o próprio Alberto confessara a Guilherme, na correspondência de Nobre havia trechos cifrados, referências a eventos, pessoas e situações que só os dois conheciam e que usavam disfarces para a elas se referir. Elas sentiram que, não só aquele ancião que as lia parecia não dominar mais parte do vocabulário, dos conceitos, o próprio contexto em que foram produzidas, como que elas próprias haviam envelhecido. Em seus corpos estavam escritas palavras, conceitos, nomes, significados que haviam se perdido no tempo. Elas se deram conta que a tarefa que se colocava para aquele provento pesquisador se dava não apenas no plano da leitura e da cópia, mas no plano da decifração. Elas se sentiram como um velho papiro precisando ser decodificado. Se elas já no nascimento eram produto de disfarces, de representações do senhor Nobre, de encenações para chamar a atenção do outro, se já havia nelas o uso de uma linguagem cifrada, como poderiam ser lidas simplesmente como o relato do que realmente, verdadeiramente acontecera, por um homem que parecia sequer entender, ou não querer entender e ver, o que se passara entre os dois correspondentes? E se elas desaparecessem, e sentiam que isso era bem possível, até pelo envelhecimento do qual tomaram consciência, o que fariam as pessoas com aquilo que delas restaria? Aquelas dezoito cartas mutiladas fariam que sentido, que mensagem transmitiriam estando amputadas de seu conjunto? Ficaram mais indignadas quando souberam que o livro a ser publicado pelo Sr. Augusto Nobre chamar-se-ia *Cartas de António Nobre para Alberto de Oliveira*<sup>7</sup>, pensaram consigo mesmas, mas isto é um engodo, uma falsificação, a um pequeno extrato da correspondência o tal senhor vai dar este nome pomposo, induzindo as pessoas ao erro de pensar que aquilo era tudo que os dois amigos haviam escrito! E já lacrimosas, foram se deitar em seu envelope pardo, lamentando o destino dos documentos.

Os que entre nós se chamavam postais ouviram tudo aquilo apreensivos. Entre eles apenas um já tivera esta experiência de ser retirado de seu esconderijo, enviado ao que chamavam de periódico para a tal publicação. Ele não chegara a ver o resultado, de como ficou sua silhueta depois de ser passada pela tal máquina de imprimir, pois logo foi devolvido à sua condição de prisioneiro. Todos haviam escutado naquela manhã, com certa esperança, o Alberto dizer ao Guilherme que se Deus lhe desse vida e saúde pretendia fazer alguma coisa em relação aos postais. Embora fosse bastante vago esse desejo, chegaram a se animar, afinal sendo a tal publicação feita pelo homem que demonstrava ter por eles tanto afeto e apego, que os guardara por toda uma vida, não deveria padecer dos mesmos



<sup>7</sup> Estas informações e a referência ao título do livro encontramos em CASTILHO, Guilherme de (org.). *António Nobre: correspondência*, op. cit., p. 12. Não sabemos se o livro chegou efetivamente a ser publicado, pois em nenhuma biblioteca portuguesa, nem mesmo na Biblioteca Nacional de Portugal, encontramos esse título.

problemas que maculavam a tal publicação das cartas, não seria do modo que elas acabavam de relatar. Mas este entusiasmo logo se arrefeceu e deu lugar a maus presságios quando ouviram ele fazer as seguintes ressalvas: que eram documentos íntimos, o tom em que foram escritos era muito confidencial, de maneira que só os divulgaria em parte e com notas suas aclarando passagens de mais delicada interpretação, decifrando o que em muitos passos era quase linguagem cifrada, revivendo memórias e reconstituindo ambientes inteiramente delidos pelo tempo. Principalmente esta palavra “delidos” lhes causou frio nas colunas, foi assim que se sentiram, delidos, e este nome não devia significar boa coisa. De um só golpe ficaram sabendo que se chegassem a ver a luz da publicação não seria todos eles a ter essa sorte. Assim como as cartas passariam por um processo de seleção, do qual não sabiam quais os critérios. Ou seja, alguns ou talvez a maioria deles continuariam levando sua vida de armário, dele não sairiam e, embora o tal armário levasse o nome de cômoda, eles não se sentiam nada cômodos naquela situação. Ficaram sabendo ainda que o Alberto acompanharia a publicação deles de notas explicativas, que ajudassem na interpretação de dados trechos que ele disse serem mais delicados e serem escritos disfarçados por uma linguagem cifrada.<sup>8</sup> Mas, meditaram com seus cartões: Alberto não estaria assim querendo induzir aqueles que os leriam a entender dadas passagens da maneira que seria mais interessante para ele? Ao se propor a explicar dadas passagens dos escritos de Nobre, passagens disfarçadas, Alberto não poderia a elas acrescentar novos disfarces, agregar sentidos e significados que ali não se encontravam? Eles já começavam a se sentir verdadeiras odaliscas, cobertos de véus ou quem sabe palhaços, com suas inúmeras máscaras. E é porque tinham ouvido falar que os tais documentos serviam para desvelar, para desvendar dadas realidades do passado. Mas como podia ser isso, se eles mesmos pareciam cada vez mais com um palimpsesto, dada a sucessão de camadas de sentido que a eles iam sendo agregadas. O que garantiria que ao reviver memórias e reconstituir ambientes “delidos”, Alberto não tentasse fazer com que eles fossem lidos da maneira que ele gostaria? Quem garantiria que Alberto, perdoem pela palavra que vou usar senhores pesquisadores, quem garante que, com licença da palavra, Alberto não ficcionaria suas memórias, não criaria os tais ambientes delidos? Se o demiurgo já era um grande fingidor, afinal era um poeta, se já os havia usado para registrar, mas também para encenar e disfarçar sentimentos, afetos, desejos, emoções, amores, dores, angústias, saudades, solidões, o que não podia fazer este outro poeta, nos últimos anos de sua vida, preocupado com a sua memória, com a imagem que deixaria de si mesmo, ao selecionar quais de nós mereciam se tornar público e ao escrever as tais notas explicativas. Era evidente que essas notas tinham a função de induzir a uma dada leitura, a desfazer o que ele julgava ser possíveis equívocos ou mal entendidos nas leituras que os pósteros (Nossa! Como falamos difícil agora.) pudessem fazer de nós. Seriam falas, discursos, mas feitos para silenciar, seriam memórias para fazer esquecer, escritos não só para inscrever mas também para apagar, para reviver e matar os tais ambientes delidos. Elas, ao mesmo tempo, tratariam de construir e ocultar um contexto de fala para o entendimento do que dizíamos. Neste dia os postais aprenderam que ser documento não é ser da ordem da revelação, mas da ordem do disfarce. Aprenderam que documento não é para constatar, documento é para contrastar. Aprenderam que documento não

apenas informa, documento deforma. Que os documentos não se oferecem desnudos e virginais para serem lidos, o documento é feito de camadas de sentido e significados, muitos deles delidos. O documento tem uma história de sua própria constituição, enquanto tal, que interfere nos sentidos que ele possa oferecer. Aprenderam, acima de tudo, que documento não é dado, documento não é achado, documento é fabricado, criado, inventado. Documento, é como o sertão de um tal Rosa, ele vem sempre disfarçado.<sup>9</sup>

Souberam naquela manhã que, assim como as amigas cartas, deles só ficariam restos. E se puseram a meditar sobre esta condição de ser resto. Chegaram à conclusão que esta já era a sua condição desde que foram atirados para aquela gaveta. Eles eram restos de uma relação afetiva que parece ter sido intensa, angustiada, conflitiva, atormentada, atribulada, feita de dessimetrias e desencontros, de mal entendidos, de entreditos, de encontros e desencontros. Eles eram parte do que havia sobrado de uma relação que Alberto definia, nas entrevistas que concedia, como sendo uma amizade amorosa.<sup>10</sup> Eles eram restos de um tempo, eram restos de vivências, de experiências, de emoções, de pensamentos, de lamentos e de tormentos. Eles eram o que restara de uma vida, da vida de um poeta que morrera com apenas trinta e dois anos, eram o que restava de sua vida privada, de sua vida íntima, da sua vida cotidiana, pois, além deles, ficaram os seus versos, a sua face pública, embora não menos tristonha e melancólica. E, ainda se perguntaram, o que se pode fazer com restos? Para que servimos? Para alguma coisa havia de ser pois acabavam de ouvir da boca do forasteiro pesquisador que eram um tesouro, que eram raros. Mas será que mesmo naquela condição de raridades rotas pela ação mutiladora dos homens, acentuando a sua condição de restos, eles continuariam tendo alguma utilidade? Claro que mais raros iam ficando e, talvez, com o próprio passar do tempo e conforme as condições em que vissem a ser acondicionados, guardados, utilizados (e sabe-se lá o que fariam com eles os herdeiros do Alberto quando ele morresse), mais rotos fossem ficando e amplificando a sua própria condição de restos. Fariam eles ainda algum sentido no futuro?

E aí esta questão os assaltou: mas afinal o que é fazer sentido? De que sentidos afinal estariam falando? Haveria algum sentido único e absoluto inscrito neles mesmos que pudesse ser descoberto, apreendido, revelado, entendido? O sentido estava alojado no interior mesmo daquelas garatujas que cobriam os seus corpos? Ou este tal de sentido só passava a existir quando um chamado leitor, pesquisador, historiador, seja lá que nome tivesse, sobre eles se debruçasse? Os sentidos eram intrínsecos a eles ou era da ordem da relação, era relacional? Sabiam que o demiurgo quisera transmitir sentidos e significados, quisera através deles transmitir uma mensagem para Alberto. Ou seja, desde o começo era preciso existir um outro, o tal destinatário para que o sentido, o significado enviado por Nobre pudesse acontecer. Sim, acontecer, pois o sentido, pensaram, é também da ordem do acontecimento, pois ele se produz num dado momento, numa dada época, num dado contexto, delidos ou não. O sentido se produz no encontro entre a mensagem, a informação, o dado inscrito no corpo do documento e os conceitos, as noções, as formas de pensar, de perceber, de julgar, as noções e pré-noções trazidas pelo leitor. Não existem sentidos prévios ou dados, eles são produzidos. Por isso mesmo estes restos que eles eram e poderiam vir a se tornar poderiam fazer sentido, desde que

<sup>9</sup>Referência a ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

<sup>10</sup> Informações presentes em CASTILHO, Guilherme de (org.). *Antônio Nobre: correspondência, op. cit.*, p. 21 e 22. Ver também D'OLIVEIRA, Alberto. *Prosa e versos*: páginas escolhidas. Lisboa: Aillaud, 1919.

reinvestidos de significação por homens situados no presente. Porque isso também aprenderam, só os homens do presente e nele situados os podia dar sentido. Embora o fizessem em negociação, numa relação agônica, numa relação de tensão, e porque não de tensão, com os sentidos do passado. Sabiam agora que, o chamado sentido primitivo, primeiro, que pudessem ter tido e que, chegavam a duvidar que pudesse ter dele consciência plena o próprio demiurgo, pois também nele atuava algo sorrateiro e disfarçado como é o desejo e o inconsciente, jamais seria alcançado pelo leitor do futuro. O sentido nunca se recupera, o sentido se libera, se produz, se constrói, se atribui. Acima de tudo aprenderam que fazer sentido implica o uso de todos os sentidos humanos. Um documento não faz sentido apenas porque é submetido ao escrutínio da razão, ele faz sentido porque é sentido, porque afeta, toca, atinge, chama a atenção, desperta a sensibilidade daquele que lê. Ele nos toca em regiões do ser nunca completamente devassáveis e inteligíveis. Porque um de nós terá mais valor, fará mais sentido, chamará mais atenção de um dado leitor, nunca é inteiramente atribuível a ordem da cognição, mas sempre terá algo que ver com a ordem da afecção, da afeição. Um dado documento torna-se elegível, copiável, reproduzível, citável (Nossa! Como estamos falando difícil, estamos parecendo filósofos ou sociólogos da escola paulista!) não apenas porque dadas intenções, dados problemas, dados temas, dados conceitos, dadas teorias e metodologias, dadas teses nos movem, mas também, e talvez, principalmente, porque o tal documento nos comove. Nos faz mover-se em dada direção, nos faz abalar e nos abalam em determinada direção e nos embalam com dadas sensações e emoções. Se o sentido acontece no encontro entre os corpus documentais e os corpos humanos, se acontece no calor dessa refrega, ele é da ordem não apenas da razão, mas da paixão, pois ele emana de e marca esses corpos. Se afinal, ele se faz do encontro entre os sentidos humanos figurados e inscritos nos documentos e os sentidos do humano que os tentar ler, ver, decifrar, entender, escolher, ele é resultado do encontro diferencial desses sentidos, é um terceiro elemento, nascido como uma chispa nasce do encontro de duas lâminas, ele é invenção de um dado momento e de um encontro preciso. Ele não dormita aqui conosco nesta gaveta incômoda, ele não está aqui já pronto à espera que alguém o venha buscar, apanhar, pesquisar, ele se fará em um dado momento e num dado encontro preciso, ele é eventual, ele não é dado ou achado, é inventado, é criado. Ele está aqui conosco apenas como possibilidade, como vir a ser, pois ele é da ordem do fluxo. Nós, documentos, somos não apenas restos, mas promessas de novos sentidos. Mesmo a mais diminuta migalha que de nós restar, ela poderá fazer sentido. Vejam bem, ela poderá fazer, pois o sentido é da ordem do fazer, do fabricar, do construir, pois o sentido só está neste fragmento como devir, como possibilidade que, claro, como toda possibilidade tem seus limites, mas limites que também se vão alterando conforme o tempo e as circunstâncias históricas, sociais, culturais, tecnológicas, estéticas, éticas, ideológicas, etc.

A todo este longo perorar (vê-se bem que somos de Portugal!) o “Diário” ouvia calado e absorto. Algo o fazia cismar profundamente (isso era o que mais fazia o demiurgo, pelo menos usava muito este verbo em seus poemas!), afinal na conversa de Alberto com Guilherme seu nome não fora evocado. Enfim, qual seria seu destino? O que seria dele? Logo ele que sempre pareceu ser entre eles aquele que era o objeto de predileção

do Alberto, que mais vezes foi por ele lido e relido, por que não merecia agora qualquer referência? Se todos eram raros, sempre se julgou a joia da coroa. No entanto agora ficara intrigado com o fato de que Alberto não revelara a seu amigo pesquisador o destino que pretendia lhe dar. Um mal pressentimento atravessou o seu coração, aquele que tantas vezes havia pulsado tentando falar ao coração de seu destinatário. Ele tentava entender o significado daquele silêncio, pois sabia por experiência própria que os silêncios também significam. Em seu próprio corpo trazia muitas marcas produzidas por silêncios significativos, silêncios sobre coisas que seu demiurgo não conseguiu dizer, não soube como dizer, não dispunha, talvez, de palavras para expressar. Em um dos bilhetes que constituía seu corpus, o demiurgo confessara que não conseguia que Alberto entendesse o sentimento que tinha por ele, que não conseguia a expressão exata do que ia em sua alma.<sup>11</sup> Ele sabia que os silêncios também dizem muito e temia pelo seu destino. Talvez sem querer, sem ter consciência disso, Alberto terminasse por dizer muito ao resolver definitivamente calá-lo, emudecê-lo, ao fazer dele um grande e significativo silêncio.

### Rastos: quarto movimento

Um dia, que não querem ou já não podem lembrar, acordaram sobressaltados pela presença extraordinária de inúmeras pessoas naquela casa, quase sempre silenciosa e soturna. Ouviam-se orações, choros, cânticos, vozes estranhas, alteradas, ruídos incomuns de toda ordem. Notaram que, no entanto, a voz de Alberto não se fazia ouvir. Estranharam, pois, afinal, sempre que uma visita chegava àquela casa era ele a recebê-la, notadamente se fossem pessoas do sexo masculino. Foi um dia de sobressaltos constantes, pessoas iam e vinham naquela saleta onde a tal cômoda que os abrigava estava instalada. Por vezes achavam que os passos que se aproximavam a eles se dirigiam, esperavam sobressaltados fazer-se o ruído característico da chave girando na fechadura, som que, sabiam, significava uma baforada de ar fresco e a possibilidade de novas aventuras em suas vidas de documentos, em sua condição de arquivo. Mas em todas as vezes o alarme revelara-se falso. No entanto, numa das oportunidades em que pessoas deles se aproximaram, ouviram aterrados, aquilo que mais temiam e já desconfiavam: Alberto de Oliveira tinha falecido, aquele que os guardara com tanto carinho e desvelo, por tanto anos, estava morto.<sup>12</sup> Deus não lhe dera vida e nem saúde para se entregar à tarefa que se propusera naquela manhã de conversa com Guilherme de Castilho. Os amigos postais quedariam no anonimato em que viveram toda a vida, assim como o folhudo diário. As cartas, não sabemos se podemos dizer isso, teriam tido melhor sorte, pois pelo menos restavam delas aquelas cópias adulteradas que deveriam aparecer no livro do tal Augusto Nobre. Morto aquele que deles tinha a posse, que destino teriam? Não conheceram durante esses quarenta e sete anos que viviam naquela condição outra pessoa daquela casa. Sabiam que outras havia, mas nunca escutaram sequer o Alberto a falar deles com seus familiares; se falara, o fizera sem que pudessem ouvi-lo. Possivelmente sabiam que existiam, que estavam ali guardados, mas será que tinham algum significado, será que eram do interesse, será que tinham algum valor para os herdeiros do autor de *Palavras Loucas*<sup>13</sup>? E se eles fossem só isso, loucas palavras, pronunciadas por um poeta em seu

<sup>11</sup> Carta de António Nobre a Alberto de Oliveira, 25 dez. 1891. In: MARQUES, Fernando Cármino, *op. cit.*, p. 106.

<sup>12</sup> Toda a cena é imaginada a partir de sumárias informações dadas por CASTILHO, Guilherme de (org.). *António Nobre: correspondência*, *op. cit.*, p. 10.

<sup>13</sup> D'OLIVEIRA, Alberto. *Palavras loucas*. Coimbra: França Amado, 1894.

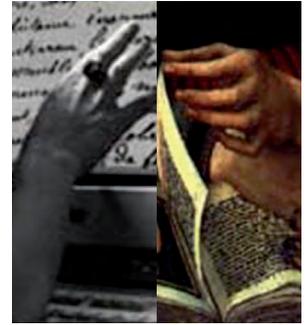
<sup>14</sup> Este é o argumento apresentado, por exemplo, pelo historiador italiano GINZBURG. Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez. In: *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

delírio amoroso, se eles fossem apenas indícios de uma loucura que ocorreu no passado de Alberto e que ele tivesse desejado, antes de morrer, ver apagados, destruídos para sempre? O que teria dito Alberto a respeito deles a sua companheira de muitos anos? Teria deixado alguma ordem expressa para que ela desse a eles um determinado destino? Pensavam: essa parece ser a sina dos ditos documentos íntimos, ser joguetes nas mãos de herdeiros nem sempre neles interessados ou cômicos de seu valor, herdeiros que querem fazer dos documentos apenas fonte de ganhos materiais, que não se preocupam em guardá-los ou preservá-los, que não titubeiam quando sentem necessidade de se ver livre do que chamam de “papelada velha” que fica entulhando e enfeando os imóveis que receberam por herança, que não contam duas vezes na hora de descartar, queimar, malbaratar, vender, danificar os documentos que foram deixados por seus antecessores. Mesmo aqueles que se arvoram a ser guardiões da memória de seus queridos e famosos entes desaparecidos, não duvidam da necessidade de esconder, de proibir o acesso, de interditar a publicidade de dados documentos, e nisso estão inclusive juridicamente amparados, quando não os tornam públicos com as necessárias e indispensáveis omissões, corrigendas, lacunas, adulterações, manipulações. Os chamados documentos estão sujeitos a todas estas provações, talvez por isso tenha gente que diz que os documentos existem para servirem de prova. Eles provariam que algo aconteceu. Mas se eles mesmos passam por tantas provas, se eles são produto de tantos acontecimentos, fortuitos e intencionais, como eles poderiam provar algo, ser aquilo que dirime de vez uma dúvida ou uma questão, se eles precisam ser encarados, antes de tudo, com espírito de dúvida e postos em questionamento. Mas seriam uma prova narrativa, indiciária como se faz no discurso jurídico.<sup>14</sup> Este não é definitivamente um bom exemplo, sabemos que no discurso jurídico, até mesmo objetos de materialidade muito mais incontestável do que a nossa, como uma faca e uma bala, podem servir de prova tanto para a defesa como para a acusação, podem entrar em narrativas do crime como argumentos totalmente díspares, pois é no discurso que fazem sentido, elas mesmas não dizem ou provam nada, a argumentação é que lhes confere um dado estatuto de prova, que pode vir a ser contestado e contestável logo a seguir por outra argumentação. Todo documento é submetido a um conjunto de provas que tem que superar para chegar a assumir este lugar, esta condição. Documento não é prova, é provocação, provocação à inteligência e à sensibilidade, provocação à imaginação e ao sonho, provocação à interpretação e à criação, provocação à criação de sentido, provocação aos sentidos e aos desejos. Documento não é prova, é provação, ele coloca à prova a capacidade de quem com ele lida de analisar, pensar, compreender, imaginar, intuir, criar, criticar, desconfiar, argumentar, sentir, se deixar afetar.

Ao torvelinho daquele dia, seguiram-se dias de silêncio, dias em que sentimentos se misturavam. Viviam entre o abandono e o temor pelo que viria. Um dia acordamos sobressaltados pelo girar da chave na fechadura. Como meninos que vão se apresentar diante de um desconhecido, de uma autoridade que vem visitar o colégio, nos empertigamos todos em nossas fatiotas de papel, aguardamos quase congelados o encontro com aquele ou aquela que seria nosso novo possuidor. Não era uma só pessoa, pois vindo de encontro àquela que tratava de abrir nosso calabouço, uma outra se aproximou e perguntou o que iria fazer conosco: respondeu então

uma voz feminina, daquela que sabíamos ser a companheira de toda a vida de Alberto, ela disse: vou cumprir o último pedido do meu marido. E nada mais disse. Fomos, então, atirados para fora da gaveta, jogados inicialmente sobre a mesa, em seguida colocados em uma espécie de cesto, transportados até o quintal. Aí fomos atirados ao chão, tratamento que nunca havíamos recebido antes. Apavorados vimos o fósforo a ser riscado, a ser atirado sobre nós. Em pouco tempo a temperatura começou a subir, nossos corpos começaram a arder, desesperados gritávamos e sentíamos todas as dores que um dia um poeta quis tatuar em nossas peles. Nos contorcíamos de angústia, dor e desespero. Nossas tintas, nossas lindas imagens de Paris iam se esvaindo, iam se esfumando, se embaçando, adquirindo tons alaranjados, amarronzados, para alcançar o definitivo tom cinza. Chorávamos em forma de estalidos e estertorantes nossos peitos chiavam num último suspiro de nossas letras. O valente “Diário” foi o que mais resistiu, tentou de todas as formas defender os seus segredos e mistérios se fechando sobre sua grossa capa. Mas as chamas impiedosas a todos avidamente consumiram, em pouco tempo tudo o que restava de nós eram cinzas, havíamos nos tornando simplesmente rastos do que fôramos um dia. Ali de rastros, atirados na terra, suplicamos a piedade a nossa carrasca, sabíamos que, talvez, fôssemos os últimos sobreviventes de uma heresia, de um amor que nunca poderia ser dito, sabido, um amor que não poderia dizer seu nome, mas de nada adiantou, o auto de fé se executou, em nome do apagamento daqueles pecados que o tal santo, o tal Purinho algum dia pudesse ter cometido, fosse em pensamento, palavras ou ações, a máxima culpa tinha que ser espiada por aquela fogueira que consumia nossos corpos, que eram apenas pálidos rastos do que outros corpos possam ter feito, em outros tempos e lugares.<sup>15</sup>

Além das nossas cinzas, varridas no dia seguinte para o lixo, que rastos de nós permaneceram? Havia as tais cartas copiadas pelo irmão do poeta, rotas, adulteradas, corrompidas, mas mesmo assim eram o testemunho de que havíamos existido. Elas apareceriam em um livro, descuidado, cheio de erros tipográficos, onde as companheiras apareciam ainda mais desfiguradas do que foram nas cópias originais do velho pesquisador. Isto pôde ser constatado, como vimos, por aquele outro pesquisador, o tal Guilherme de Castilho. Mas como pôde ele constatar as adulterações, se das cartas havia apenas levado aquelas anotações feitas às pressas em seu caderno de notas? Sabemos que ele efetivamente leu cada um daqueles papéis que lhe foram apresentados como documentos e fizera anotações de trechos soltos em seu caderno. O que não sabíamos é de que ele dispunha de uma memória tão privilegiada que foi capaz de perceber, quando da leitura da versão das cartas que ia ser impressa, que elas estavam irremediavelmente adulteradas. Pensou então que ele próprio deveria publicar as cartas escritas por António Nobre. Sabia da morte de Alberto de Oliveira, até comparecera ao velório, quando ficou a olhar para a cômoda-cemitério em que nos enterrávamos e também ficou a cismar (como essa gente portuguesa cisma), sobre o nosso futuro, mas julgou não ser momento propício para disso tratar. Resolveu então voltar à residência de Alberto para comunicar à viúva o seu projeto. É quando se inteira de nossa execução sumária. Mesmo assim, por considerar ser ele, por circunstâncias fortuitas, o único que estaria em condições de estabelecer a versão mais próxima possível dos originais das cartas, lançando mão de suas anotações, das cópias ori-



<sup>15</sup> Toda a cena é imaginada a partir de informações sumárias dadas por CASTILHO, Guilherme de (org.). *António Nobre: correspondências, op. cit.*, p. 10 e 11, onde ficamos sabendo da ordem para a destruição de toda a correspondência de António Nobre.

<sup>16</sup> Informações presentes em CASTILHO, Guilherme de (org.). *Antônio Nobre: correspondência*, op. cit., p. 12.

<sup>17</sup> Referência a SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1999.

<sup>18</sup> A referência ao dito paradigma indiciário e sua remissão à pré-história é feita por pelo historiador italiano GINZBURG. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>19</sup> O historiador brasileiro Sidney Chalhoub serve-se dessa fábula para fazer reflexões teórico-metodológicas de cunho realista em seu livro CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>20</sup> Referência a ECO, Umberto. *O nome da rosa*. São Paulo: Record, 1986.

<sup>21</sup> Esta confusão entre as noções de indício e de prova, de testemunho e de prova é feita por Carlo Ginzburg. Ele mesmo admite, em nota à edição italiana de seu livro *Relações de Força*, que o historiador inglês Perry Anderson já o alertara para o uso indevido que fazia da noção de prova, atribuindo-a a Aristóteles e usando a obra do estagirita para discutir a noção de prova na historiografia. O autor, no entanto, opta por manter a confusão indevida. Ver GINZBURG, Carlo. *Relações de força*, op. cit., p. 11. Para Aristóteles, porém, só se poderia falar em prova quando se tratava da análise de fenômenos da natureza, pois os fenômenos humanos ofereciam apenas indícios, testemunhos. Ver ARISTÓTELES. *Retórica*. 7. ed. Madrid: Alianza, 2007.

ginais de Augusto de Nobre, que a ele foi dado acesso, e à sua memória prodigiosa, resolve publicar as dezoito cartas que haviam assim, através destas diversas operações e provações, sobrevivido à fogueira.<sup>16</sup>

Em seu livro intitulado *Antônio Nobre: correspondência*, estes pálidos rastros de nós mesmos vieram encontrar alojamento e registro definitivo. O autor teve o cuidado de assinalar, usando as convenções usuais, as lacunas que conseguiu perceber nas cópias feitas pelo irmão do poeta. Mas o que ali estivera escrito se perdera completamente. O que afinal restara de nós, a cópia da cópia, a publicação de cópias corrigidas de memória por um homem que nos leu uma única vez, que fez de nós anotações esparsas. O que está registrado nesse livro são apenas rastros do que fomos, mas rastros no duplo sentido da palavra: algo que sobrou, que é uma pálida sombra do que fomos, mas que assim mesmo indicia que existimos, é uma marca, é uma impressão que não deixam de remeter para a existência outra, anterior que tivemos. Embora rasurada figura do que fomos, ela ainda causa incômodo, ela ainda interpela, ainda pede sentido, explicação, ela ainda convoca significado, quando é colocada sob os olhos de alguém. Essas cartas, adulteradas ou adúlteras, ainda, marotas, safadas pelo tempo e pelos homens, piscam para nós, pedem deciframento, porque são da ordem daquilo que um tal Saussure chamou de signo.<sup>17</sup> Signo que se desdobraria em dois termos que estariam presentes mesmo em nossos corpus, agora quase apagados: um significante e um significado. Sim, continuamos a ser significantes pois mesmo tendo nossos corpus ardido em chamas, essas cópias, esses simulacros do que fomos, que agora circulam com a forma e nome de livro, possuem de nós uma figura, uma imagem, que continuam a convocar os parceiros dos significantes: os significados. Mesmo estes rastros do que fomos continuam exigindo significação, continuam atingindo corpos, mentes, sentidos e consciências, continuam afetando, fazendo efeito, ao ser contemplados, lidos, por aqueles que se dispõem a encará-los. Eles continuam a ter mistérios a desvendar, agora mais ainda, depois de todas as peripécias porque passaram até chegar a esta condição livresca. Eles continuam a ser esfinges em busca de quem decifre seus segredos. Mas, sabemos agora, esta é uma tarefa infinda, sempre novos sentidos poderão ser atribuídos a estes rastros. Dizem que há uns tais seguidores de um chamado paradigma indiciário (deve ser uma seita ou religião) que desde a mais remota antiguidade são capazes de através de rastros reconstituir a imagem completa, inteira e perfeita de algo ou alguém, do animal que a produziu, que a deixou inadvertidamente ao passar por dado lugar, em um dado momento.<sup>18</sup> Um tal Zadig era capaz de ver a imagem de um camelo, talqualmente, diria Rosa, ele era, só bastando deparar-se com suas marcas deixadas na areia.<sup>19</sup> Há inclusive um personagem de um romance chamado *O nome da rosa* que bastou ver os rastros deixados por um cavalo que fugira de um mosteiro para ser capaz de saber o seu paradeiro.<sup>20</sup> Mas afinal ele era discípulo de Aristóteles, do método indutivo por ele utilizado, coisa muito aconselhada recentemente a historiadores, pois dizem, embora o próprio texto do estagirita não diga isso, que indício pode ser prova.<sup>21</sup> Como o tal saber histórico seria indiciário, rastro pode ser prova e através dele se poderia recompor não somente um camelo, um cavalo ou uma cachorra preta, mas todo um pedaço do passado ou quem sabe, suma pretensão, o passado inteiro. E nós que, modestos, queremos ser apenas signos, sinais, restos, rastros, rotos e raros, a interpelar, a afetar, a forçar os homens a criar,

a inventar novos sentidos e significados. Nunca tivemos a pretensão que servíssemos para se recuperar, resgatar, desvendar, desvelar, decifrar, o passado, mas apenas que servíssemos para interpelar, interpretar, analisar, inventar, criar versões e imagens do passado, para servir aos homens do presente, às perguntas, problemas, questões, dores e angústias do presente. Dizem que nós, documentos ditos íntimos, servimos bem para fazer uma chamada micro-história, logo nós que sabemos que tamanho não é documento e que documento nada tem que ver com o tamanho que se queira dar ao objeto, ao problema, ao tema que se quer tratar.<sup>22</sup>

Hoje, depois de todos estes percalços, sabemos que os arquivos são constituídos, que nascem tanto daquelas operações de acúmulo e guarda de documentos, de classificação, nomeação, acondicionamento, de dados conjuntos de documentos, como também destas operações de seleção, separação, ordenamento, distribuição, e até mesmo de atividades de descarte, destruição e adulteração de documentos. O arquivo e os documentos se fabricam, tanto quanto as narrativas que deles se utilizam.

### Rostos: quinto e último movimento

Mas como vocês sabem destas coisas? Vocês desapareceram há muitos anos, vocês viraram cinzas desde o ano de 1940 e como podem ter se inteirado destes modernos desenvolvimentos da chamada ciência histórica? Como podem estar a par de questões tão momentosas (gostaram da palavra?) que dividem os profissionais de história, que abalam os alicerces desta sacrossanta instituição de Milão a Paris, de Nova York a Lisboa, de Londres a Uberlândia? Uai, diria um documento mineiro, e nós não estamos mortos? E não dizem que o espírito dos mortos tem o dom da transcendência, da onisciência e da onipresença? Não se costuma acreditar, nestas terras que navegaram em nome da cruz ou naquelas em que as caravelas aportaram, que os espíritos são eternos, imortais e a tudo veem? Que eles não conhecem mais os limites de tempos e espaços? Por que você estranha que documentos portugueses possam continuar a ver, ouvir, pensar e falar através dos tempos e dos espaços?

Não há gente que diz que nós documentos somos a garantia de que a alma, o espírito, o pensamento, as vontades, as aspirações, as esperanças, as paixões e as ações das pessoas de antanho não venham a morrer? Mesmo aqueles pobres restos em que nos tornamos, até os simples rastros da existência que deixamos, guardariam em seu interior pelo menos os rostos daquele que nos criou e daquele para o qual fomos escritos, fora outros rostos que mais fugazmente foram em nós figurados. Nós seríamos a sua cara, teríamos mesmo nas cópias pálidas que nos tornamos o seu jeitão, permitiríamos vê-lo através de nós. Nós seríamos uma espécie de janela sobre a qual ao se debruçar se enxergariam os perfis destes homens que o passado levou.

Ei, mas quem é esta voz que agora nos interpela? De onde ela apareceu? É a minha voz, a voz do autor do texto. Narrativas além de desenhar rostos, perfis, figuras de sujeito, delinear personagens, também são feitas de vozes. Fui eu que desde o início deste texto convoquei a vocês documentos e os coloquei para falar, fui eu, como gostam de dizer muitos de meus colegas historiadores, que deixei vocês falarem, que fiz de vocês os personagens centrais deste texto, que dei a vocês um rosto humano, posto

<sup>22</sup> Sobre os procedimentos metodológicos e a relação com as fontes propostos pela chamada micro-história, ver ROJAS, Carlos António Aguirre. *Micro-história italiana: modos de uso*. Londrina: EdueL, 2012, e LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios, singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

que por humanos foram criados e são ecos de vozes e sombras de rostos que se perderam no passado. Mas vocês pensaram que tinham o controle do que aqui se dizia? Pois estavam bastante enganados. Ao contrário do que costuma dizer alguns de meus colegas, documento não fala, documento não pensa, documento não mostra, documento não demonstra, documento não desmente, documento não desvela, documento não resgata, documento não diz nada que não seja através de uma outra voz, a voz de quem os consulta, os lê, os analisa, os recorta, os atribui sentido e significado. O documento aparece no texto quando o autor assim o permite, no contexto de argumentação que ele prepara, na trama narrativa que ele enreda. O documento não faz sentido em si mesmo, só faz sentido nessa relação com o outro. Como fiz aqui, é o historiador que infunde vida aos documentos que analisa, faz a transfusão de sangue para que se reanimem, os torna humanos. É ele que faz novamente o documento significar, que faz os rostos que estes documentos desenham em traços rápidos ou excessivos, novamente ganhar movimento. Mas então você esteve a fazer ficção? É possível que algum artefato humano exista sem a sua capacidade de imaginar, criar, inventar, construir? E tudo isso pode ser chamado de ficcionar. Há ficção maior do que dizer-se que os documentos fizeram ver, que os documentos disseram, que os documentos revelaram o real, que os documentos obrigaram a que algo fosse dito? Não sei se vocês notaram, mas eu dividi este texto em cinco partes e as denominei de cinco movimentos, porque queria enfatizar esse sentido do movimento que se estabelece entre o documento, o arquivo e o historiador. A pesquisa histórica se inicia com o movimento na direção de se constituir um arquivo, de se produzir documentos (não de achá-los, de encontrá-los, pois vocês são testemunhos disso, não é pelo simples fato de existirem e de estar guardados numa cômoda que vocês podem ser considerados documentos, nem porque um dia podem ter sido achados pela esposa de Alberto ao fazer a limpeza doméstica - e ela bem podia considerá-los uma sujeira -, é preciso a intencionalidade do pesquisador para que algum artefato possa ser considerado documento, é preciso uma série de operações para que ele venha a assim se constituir), a pesquisa histórica avança num movimento de entrada e saída do corpo do documento. É o historiador que faz o movimento que se inicia no texto do documento e o liga a várias outras informações de que dispõe, a outros documentos, a outros relatos, memórias, a outras anotações para que o documento faça sentido. Eu usei esta estratégia de fazê-los personagens do texto porque costuma-se dizer que um personagem histórico é aquele que efetivamente teve existência no passado, esse seria um limite do nosso discurso, só poderíamos falar de personagens reais, de rostos que possamos ter a certeza de que tiveram presença real nos tempos que se foram. Mas vocês efetivamente existiram, pelo menos é o que indica os rastros e restos que deixaram. Mesmo rotos e raros, por que não poderiam ser personagens de um texto de historiador? Mas é que não somos humanos, e se exige que os personagens históricos sejam humanos. Não necessariamente, para que se possa dar o estatuto de personagem histórico a algo basta que ele tenha tido uma relação privilegiada com o humano, basta ter tido uma relação com a ação humana no tempo, por isso podemos fazer do clima ou da paisagem um personagem.

Eu os utilizei aqui, e documentos são para ser utilizados e só se tornam documentos ao ser utilizados, nestes termos, como pretextos para

uma discussão acerca do estatuto mesmo do documento e do arquivo. Sim, como pretexto, porque isso é o que vocês são: textos prévios, narrativas que vêm primeiro, agregado de sentidos que estão no princípio, que servem de ponto de partida para a criação de uma outra narrativa, de novos sentidos, de novas versões e interpretações. Mas então quer dizer que o tal historiador pode fazer conosco o que bem entender? Sim e não, o arquivo, o documento são para os historiadores condição de possibilidade de sua narrativa, mas também o limite ao que pode nela ser dito. O fato de que grande parte de vocês tenha sido queimada, limita aquilo que podemos saber, pensar, imaginar acerca do que foram os sentimentos que ligaram Antônio e Alberto, limita o que podemos afirmar sobre as ações que foram por eles praticadas. Mas o próprio conteúdo das dezoito cartas que restaram, sem esquecer os cortes cirúrgicos de que foram vítimas, impede que nós historiadores, do século XXI, possamos dizer com o mínimo de certeza o que se passou entre estes dois homens, o que não impede que possamos imaginar, intuir, elucubrar, sugerir, insinuar. Aliás, tudo o que foi escrito até hoje sobre a relação entre esses dois homens só fica no plano da insinuação. Por que isso? Porque, amigos, houve uma operação de silenciamento, que teve quase que sucesso absoluto. Ela começou na própria forma como vocês foram escritas pelo demiurgo, usando linguagem cifrada, evitando pronunciar certas palavras, registrar possíveis emoções e acontecimentos. Por isso o arquivo e os documentos são as condições de possibilidade de que haja discurso do historiador, afinal se não tivessem sobrado de vocês aquelas pálidas e mutiladas cópias eu não poderia ter sequer escrito este texto em que o rosto de vocês figuraram como personagem principal. Foi a sombra de vocês projetada a partir daquele pequeno simulacro que de vocês sobraram que me permitiu, como historiador, esculpir e dar rosto a vocês neste texto, imaginar suas dores, sabores e dissabores. Mas as sucessivas operações de apagamento, de esquecimento, de silenciamento que foram constitutivas de vocês mesmos como documento e como arquivo me impõem limites. Até por motivos éticos não posso ir além de afirmações da ordem da probabilidade, da possibilidade, não posso mais do que fazer de meu texto uma interrogação e uma suspeita. Mas afinal não é isso também papel do texto historiográfico?

Vou acabar este texto pregando uma peça em vocês, lhes fazendo uma surpresa, como tantas que vocês documentos pregam e fazem na gente. Vocês sabiam que não são o único testemunho que ficou do forte sentimento que Antônio Nobre devotou a Alberto de Oliveira? Não sabiam? Pois fiquem sabendo. Nesta mesma época, em Paris, Nobre compôs um poema em homenagem a Oliveira. Este poema causou no amigo português a mesma reação que muitos de vocês parecem ter lhe causado: ele ficou preocupado com a repercussão que poderia ter a publicação desse poema, escreveu ao amigo dizendo que temia que fossem vítimas de falatório e de calúnias. Nobre lhe respondeu um tanto quanto magoado com os cuidados do amigo, disse que publicaria o poema seguido de notas explicativas onde deixaria esclarecida a natureza do sentimento que nutria pelo homenageado, sentimento tão puro e belo que deveria ser motivo de publicidade. Disse que se ele quisesse modificaria certas passagens do poema.<sup>23</sup> Não sabemos se isso foi feito. O que sabemos é que ele realmente publicou o poema na primeira edição de seu único livro, o *Só*, mas sem as devidas notas explicativas. Não sabemos se isto gerou desgosto a Alberto, se deu

<sup>23</sup> Ver Carta de Antônio Nobre à Alberto de Oliveira, 10 dez. 1891. In: MARQUES, Fernando Cármino, *op. cit.*, p. 94-104.

origem ao falatório e às calúnias que esse temia, se por isso ou por ter rompido a relação que mantinha com o autor de *Palavras loucas*, Nobre retirou o poema da segunda edição do livro. Mais um episódio de silenciamento, de apagamento da memória de algo, daquilo que se passara entre os dois, que sabemos poderia levar a ruína moral dos dois, mas do qual nada mais sabemos. Leiam o poema e reconhecerão o tom, o estilo e estarão diante, talvez, dos mesmos disfarces que deram vida a todos vocês e que permitiram que eu escrevesse este texto:

*Terças-Feiras*

*Ao Alberto*

*Ó condezinho de Tolstoi (Alberto)  
Santo da minha extrema devoção,  
Alma tamanha que adorei de perto,  
Lá na Thebaida do Sr. João*

*Meu Cálix do Senhor! Meu Pálio eterno!  
Luar branco na minha escuridão!  
Ó minha Joana D'Arc! Amigo certo  
Na hora incerta! Águia! Meu Irmão!*

*A ti, as Terças-feiras, neste Inferno  
D'aquela que nasceu, em terça-feira  
E em terça-feira morrerá, talvez...*

*Quando eu for morto já, noites de inverno,  
Aos teus filhinhos, conta-as à lareira  
Para eu ouvir de lá:  
Era uma vez...<sup>24</sup>*



*Texto recebido e aprovado em maio de 2013.*